

# STJ recebe denúncia contra desembargadora do TJBA e mais dois acusados na Operação Faroceste

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu, nesta quarta-feira (5), a denúncia contra a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) Ilona Márcia Reis, pelos crimes de associação criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A denúncia teve origem na Operação Faroceste, deflagrada para apurar esquema de venda de decisões judiciais relacionadas a disputas de terras na região

oeste da Bahia. Ao mesmo tempo em que tornou rés a desembargadora e mais duas pessoas, a Corte Especial rejeitou a denúncia contra um dos investigados. Em relação a Ilona Reis, o colegiado prorrogou o seu afastamento cautelar do cargo pelo prazo de um ano. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), a desembargadora teria recebido propina para dar decisões favoráveis aos interessados em três proces-

sos, todos relativos a imóveis localizados no oeste baiano. O valor total acordado na negociação seria de R\$ 800 mil. A defesa da desembargadora alegou que, com a retirada de um dos investigados da denúncia, teria havido a modificação de toda a dinâmica dos fatos, sendo necessária a abertura de prazo para nova manifestação após a alteração da acusação.

**Investigados tinham minutos de decisões da de-**

**sembargadora antes dos julgamentos** - O ministro Og Fernandes, relator, apontou que os elementos trazidos aos autos pelo MPF apontaram uma ligação estável e permanente entre Ilona Reis e os demais denunciados, com o objetivo de negociar decisões judiciais favoráveis ao grupo. O relator também destacou que, durante as investigações, foram localizadas com um advogado e um ex-

servidor do TJBA - ambos denunciados pelo MPF - minutos de decisões ou votos em nome de Ilona Reis, antes da realização do julgamento pelo tribunal, o que indicaria a articulação dos três para a negociação das decisões. Ainda segundo Og Fernandes, relatórios de inteligência financeira identificaram movimentações bancárias suspeitas realizadas pela desembargadora. Além disso, apontou, no cumprimento de

mandado de busca e apreensão no gabinete da magistrada, foram localizados diversos comprovantes de depósitos em dinheiros fracionados. Também foram detectadas transações envolvendo supostos laranjas e pessoas jurídicas. Com o recebimento da denúncia, tem início a fase da ação penal propriamente dita. Ainda não há data para o julgamento do mérito do processo.

# PUBLICAÇÃO DE LEI

## AXIS SOLAR X EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2024

CNPJ Nº 48.929.019/0001-43 - NIRE 35.300.627.989

**Data, Horário e Local:** Realizada no dia 06/06/2024, às 17hs, na sede social da **Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 72, conj. 181, CEP 04.534-000, Itaim Bibi. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** **Presidente:** Luiz Augusto Pacheco e Silva; **Secretário:** Rodrigo Teixeira Marcolino. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a alteração do objeto social da Companhia para incluir a atividade de locação de imóveis, com a consequente alteração do artigo 3º do estatuto social da Companhia; **(ii)** o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 8.400.000,00, mediante a emissão de 8.400.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), com a consequente alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, sendo que as Ações Ordinárias serão subscritas e integralizadas pela **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.**, CNPJ nº 34.175.032/0001-40 ("Axis Solar III"); **(iii)** a consolidação do estatuto social da Companhia; **(iv)** a realização da 1ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 02 séries, para colocação privada ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 Séries, para Colocação Privada, da Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a **Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, CNPJ nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário das Debêntures ("Agente Fiduciário"), a **Opea Securitizadora S.A.**, CNPJ nº 02.773.542/0001-22, na qualidade de subscritora das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido ("Securitizadora")), a **Axis Solar III**, e a **Axis Renováveis S.A.**, CNPJ nº 22.873.125/0001-69, na qualidade de fiadoras ("Axis Renováveis" e "Escritura de Emissão", respectivamente, sendo a **Axis Solar III** e a **Axis Renováveis**, em conjunto, denominadas "fiadoras"); **(v)** a participação da Companhia, na qualidade de devedora, de operação de securitização dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), os quais serão vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da 257ª emissão da Securitizadora ("CRI", em conformidade com o que vier a ser estabelecido no "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em série única, da 257ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.", a ser celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário ("Termo de Securitização"), os quais serão objeto de uma oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), da Resolução da CVM nº 60, de 23/12/2021, conforme alterada, da Lei nº 14.430, de 03/08/2022, conforme alterada, da Lei nº 9.514, de 20/12/1997, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente); **(vi)** a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido) da cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária"); **(a)** de todos os direitos (inclusive direitos emergentes) decorrentes dos Empreendimentos e dos Contratos do Projeto (conforme vier a ser definido no "Contrato de Cessão Fiduciária"), incluindo mas não se limitando aos direitos creditórios relacionados aos contratos de locação celebrados pela Companhia de alienação fiduciária da totalidade dos equipamentos industriais e maquinários já adquiridos ou a serem adquiridos pela Companhia, sob condição suspensiva (conferência abaixo definido ("Alienação Fiduciária de Equipamentos"), nos termos a serem previstos em instrumento contratual de constituição de alienação fiduciária e outras avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"); **(viii)** a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessários à implementação do quanto deliberado nos itens acima, inclusive contratar os prestadores necessários à Emissão, à Oferta e à Operação de Securitização, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos CRI; e **(ix)** a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** **(i)** a alteração do objeto social da Companhia para incluir a atividade de locação de imóveis, com a consequente alteração do artigo 3º do estatuto social da Companhia, de modo que referido artigo passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º A Companhia tem por objeto social (i) aluguel de sistemas solares fotovoltaicos, (ii) a prestação de serviços de manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos; (iii) a prestação de serviços de engenharia; (iv) a locação de imóveis próprios ou de terceiros; e (v) a gestão de participações societárias, holding de instituições não financeiras." **(ii)** o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 8.400.000,00, mediante a emissão de 8.400.000 novas Ações Ordinárias, sendo que as Ações Ordinárias são totalmente subscritas pela Axis Solar III, ao preço de emissão por ação de R\$ 1,00, na forma do Boletim de Subscrição que constitui Anexo I à presente ata e observado que: **(a)** o preço de emissão das Ações Ordinárias foi fixado em observância do disposto no art. 170, §1º, inciso I da LSA; **(b)** a totalidade do valor do aumento do capital social e da subscção das Ações Ordinárias já foi aportado na Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital social (AFAC), que hoje é convertido em capital social da Companhia. Diante do exposto acima, o artigo 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º O capital social da Companhia é de R\$ 35.500.000,00, dividido em 35.500.000,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." **(i)** Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, apresentado nesta oportunidade e assinado a seguir; **(ii)** Aprovar a realização da Emissão das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, observadas as principais características: **a) Número da Emissão:** a Emissão constituirá a 1ª emissão de Debêntures da Companhia; **b) Data de Emissão:** passados todos os fins de direito, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 116.500.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R\$90.000.000,00 para as Debêntures da Primeira Série, observada a possibilidade de Distribuição Parcial (conforme abaixo definido); e **(ii)** R\$26.500.000,00 para as Debêntures da Segunda Série. Em razão da necessidade de superação de determinadas condições precedentes estipuladas a serem estipuladas no contrato de distribuição, será admitida a distribuição parcial dos CRI, observado o disposto no artigo 75 da Resolução CVM 160, e, consequentemente, das Debêntures da Primeira Série ("Distribuição Parcial"), desde que observado o montante mínimo de R\$ 63.500.000,00 ("Montante Mínimo"). Caso haja Distribuição Parcial, o saldo das Debêntures da Primeira Série não colocadas no âmbito da Emissão será cancelado pela Companhia, a necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou Assembleia Geral de Debutentistas ou as Ações Ordinárias da Companhia; **d) Destinação dos Recursos:** Os recursos captados pela Companhia com a emissão das Debêntures serão utilizados, por ela ou por suas controladas, para destinação futura relativa à aquisição, construção ou reforma para implantação dos projetos nos imóveis objetos das matrículas a serem indicadas na Escritura de Emissão; **e) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1,000, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **f) Número de Séries:** A Emissão será realizada em 02 séries. Ressalvadas as menções expressas às Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e às Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série, em conjunto. Não haverá subordinação entre as séries. **g) Tipo e Forma:** As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem a emissão de cautelões ou certificados; **h) Forma de Subscrição e Integralização:** Após o cumprimento e/ou dispensa, conforme o caso, das condições precedentes a serem dispostas no Contrato de Distribuição (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), as Debêntures da Primeira Série serão subscritas pela Securitizadora e a formalização da Escritura de Emissão, sendo certo que tal assinatura ocorrerá anteriormente à efetiva emissão dos CRI, momento no qual as Debêntures da Primeira Série passarão a ser consideradas como integrantes do Patrimônio Separado dos CRI, ainda que não tenha havido a integralização das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização, sendo considerada "Primeira Data de Integralização", para fins da Escritura de Emissão, a respectiva data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. As Debêntures integralizadas posteriormente à Primeira Data de Integralização, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculados pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização ("Data de Integralização"); As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelo Coordenador, conforme item 4.1.3.1 da Escritura de Emissão; **i) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme o caso, ocasiões em que a Companhia deverá a proceder ao pagamento das Debêntures de acordo com os termos da Escritura de Emissão e eventual encargo nominal decorrente do vencimento antecipado ou resgate antecipado total em dezembro de 2039, conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"); **j) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 116.500 Debêntures, em 02 séries, sendo (i) 90.000 Debêntures da Primeira Série, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e o Montante Mínimo; e **(ii)** 26.500 Debêntures da Segunda Série; **k) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será atualizado monetariamente ("Atualização Monetária das Debêntures") pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") publicado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IBGE"), calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos a partir da primeira data de integralização dos CRI (inclusive), com relação às Debêntures da Primeira Série, e a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série (inclusive), com relação às Debêntures da Segunda Série, até a data de seu respectivo efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **l) Remuneração das Debêntures:** A partir da primeira data de integralização dos CRI, no caso das Debêntures da Primeira Série, e da primeira data de integralização das Debêntures da Segunda Série, no caso das Debêntures da Segunda Série, sobre o Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido na data a ser divulgada no aviso ao mercado de Oferta ("Data de Ajustagem"), sendo, limitado, no máximo, a "a" e "b" a seguir: **(a)** a cotização indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) da taxa do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento na data prevista na Escritura de Emissão, a ser apurada na Data de Ajustagem, acrescida exponencialmente de sobre taxa (spread) de 3,55% ao ano, base 252 dias úteis; ou **(b)** 8,80% ao ano, base 252 dias úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures utilizadas base 252 dias úteis e será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures desde a primeira Data de Integralização dos CRI, no caso das Debêntures da Primeira Série, e da primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, no caso das Debêntures da Segunda Série (inclusive), ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (inclusive) (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração (exclusive). A taxa que remunerará as Debêntures, definida nos termos acima descritos, será ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de aprovação societária pela Companhia e/ou pelas Fiadoras ou de aprovação da Securitizadora e/ou do Agente Fiduciário; **m) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures, conforme o caso, a Remuneração será paga mensalmente, de acordo com as datas a serem previstas na Escritura de Emissão (cada data de pagamento uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo certo que o primeiro pagamento será devido após 06 meses contados a partir da Data de Emissão ("Período de Carência"); **n) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures, o Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado mensalmente, conforme datas e percentuais de amortização a serem estipulados na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures" e o "Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado", respectivamente), sendo certo que o primeiro pagamento será devido após 06 meses contados a partir da Data de Emissão; **o) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida e não paga à Securitizadora e/ou aos debenturistas das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% ao mês sobre o montante devido, calculados pro rata temporis; e **(b)** multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **p) Repacutação Programada:** Não haverá repacutação programada das Debêntures; **q) Amortização Extraordinária:** As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Companhia; **r) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **s) Resgate Antecipado Obrigatório:** A Companhia deverá, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, caso não haja consenso sobre a definição da Taxa Substitutiva IPCA (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"); **t) Resgate Antecipado Especial:** Caso ocorra uma Alteração de Tributos (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), a Companhia poderá optar por resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série no prazo de até 90 dias contados da data em que se tornar pública a Alteração de Tributos ("Resgate Antecipado Especial"), observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **u) Garantia Fidejussória:** As Fiadoras, até a comprovação da Conclusão Física-Financeira (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão) dos Empreendimentos (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), se obrigam, solidariamente entre si e com a Companhia, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, em caráter irrevogável e irretirável, perante o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debutentistas, pelo fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, pela Companhia na Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia, na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente Fiduciário, da Securitizadora e do ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário ou a Securitizadora venham a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses da Securitizadora ou


## Deputados da oposição voltam a pedir para a Justiça suspender compra de arroz pela Conab

Deputados de oposição ao governo voltaram a acionar o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) para pedir a suspensão da compra de

263,37 mil toneladas de arroz importado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A operação custou R\$ 1,316 bilhão e o arroz será

vendido por R\$ 4 o quilo ao consumidor brasileiro. Os parlamentares alegam que a medida é desnecessária e "tem causado um aumento

significativo do preço do arroz não só a nível Brasil, como também a nível de países integrantes do bloco econômico do Mercosul".



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/24** – Contratação de empresa especializada para fornecimento de coletes balísticos destinados ao efetivo da Guarda Civil Municipal, obedecendo às normas exigidas pelo Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MAIOR VALOR GLOBAL**. Despacho da Secretaria Municipal de Segurança Integrada SUSPENDENDO TEMPORARIAMENTE a sessão do pregão epigrafado, previamente marcada para o dia 11/06/2024 às 9 horas, tendo em vista o recebimento de impugnação apresentada tempestivamente pela empresa **EMBRACOL TEXTIL CONFECÇÃO E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA**.

**RONALDO DOS SANTOS CAZELLI**  
Secretário Municipal de Segurança Integrada

